



⁷
CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.496, DE 2024 **(Do Sr. Helder Salomão)**

Dispõe sobre o registro fraudulento de marca e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. HELDER SALOMÃO)

Dispõe sobre o registro fraudulento de marca e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o registro fraudulento de marca e dá outras providências.

Art. 2º A Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 190-A Registrar marca, sem desenvolver a atividade econômica correspondente, com o fim de exigir vantagem ilícita ou de impedir o registro de quem exerça atividade econômica sob marca idêntica ou semelhante.

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Têm multiplicado os casos de indivíduos e empresas que submetem pedido de registro de marca ao INPI com o objetivo exclusivo de, em momento posterior, vender o direito de uso a empresas que já utilizem a marca para prestação de serviço ou comercialização de bem.

Tal fraude gera diversos contratempos àqueles que já exercem, de boa-fé, mas sem registro, atividade econômica com o uso da marca. Com o intuito de viabilizar que os prejudicados possam acionar o Judiciário para evitar





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

lesão ao seu direito, propomos a tipificação na Lei de Propriedade Intelectual do crime de registro fraudulento de marca.

Certos da importância da matéria, solicitamos o apoio de nossos pares para que a proposição tenha uma tramitação célere e seja, ao fim, aprovada.

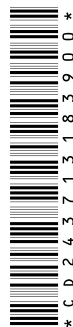
Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado HELDER SALOMÃO

2023-1164

Apresentação: 19/06/2024 20:17:50.027 - MESA

PL n.2496/2024





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 9.271, DE 17 DE ABRIL
DE 1996.**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199604-17:9271>

FIM DO DOCUMENTO